

A ARTE DE PRESIDIR A ASSEMBLÉIA *

Alberto Iniesta

Esta exposição se desenvolverá em quatro partes. Em primeiro lugar, apresentarei um paralelismo entre o liturgo e o ator, baseando-me tanto no fato da íntima união que existiu nos seus inícios entre o teatro e o culto, como no fato de que tanto o presidente da assembleia como o ator têm que viver na tensão de ser e não ser, de assumir o que não são e o que nem sequer criaram na maioria das ocasiões, porque o autor da obra costuma ser diferente do ator que a representa, e nós que representamos a liturgia não somos os verdadeiros criadores da mesma, procurando tirar daí algumas exigências para nossa maneira de celebrar.

Em seguida, nas três partes seguintes, estudarei logo a partir do presidente da assembleia, explorando três níveis do mesmo, se bem que dentro da natural unidade do todo; poderíamos distribuir estes três níveis com uma classificação paulina que não pode nos desconcertar nem nos desorientar depois de ter superado uma interpretação platônica que não é a de São Paulo. Refiro-me à tricotomia *nus-psiqué-soma*, espírito-alma-corpo. Basta escrever Espírito com maiúsculo, para que reajustemos suficientemente nosso enfoque em vista do nosso objetivo: No primeiro nível trataremos – se bem que brevemente, para não alongar excessivamente a exposição – das atitudes profundas de fé do celebrante, aquele transfundo em que o Espírito ora em nós com gemidos inefáveis. Depois, a atitude interior do ser humano que celebra, seu psiquismo, seu coração, seu eu profundo. Finalmente, seu corpo, seu exterior, seu contato imediato e palpável com o cosmos; quase se poderia dizer por analogia: seu “sacramento” no sentido de “sacramentum tantum”.

1. SAGRADA REPRESENTAÇÃO

É sobejamente conhecida por todos a profunda vinculação que existe, desde suas, origens entre o teatro e o culto, entre o ator e o sacerdote. Já entre os Vedas se dão instruções aos sacerdotes-atores acerca do modo adequado de fazer a representação sagrada. Mas onde aparece com toda nitidez e exclusividade esta união entre teatro e liturgia é tanto no começo do teatro clássico como depois, na Idade Média, quando renasce o teatro e começa o teatro moderno. A tragédia grega nasce como teatro dos deuses, como presença de suas vidas entre os mortais, como parábola, mito e rito, balbucios de encarnação de Deus e de comunhão com o ser humano. Os atores eram considerados como sacerdotes de um rito cívico e religioso – aqui encontraríamos a etimologia de nossa “liturgia” de uma maneira eminente, se bem que não única –, e recebiam do estado-cidade não somente um pagamento, mas honras e privilégios oficiais.

O que para os gregos foi um rito se converteu para os romanos em jogo e até em uma farsa. A tragédia grega se converte em comédia romana, e até a qualificação social dos atores muda totalmente, sendo considerados publicamente como infames e seu ofício é exercido somente por escravos.

Depois de desaparecido durante séculos, o teatro reaparece no Ocidente lá pelo século X, em torno das celebrações litúrgicas da Paixão, quando declamados os textos evangélicos por diversos atores-sacerdotes, com vestes litúrgicas, às quais até se acrescentavam alguns símbolos alusivos ao personagem representado. Posteriormente foi se ampliando esta representação com gestos, mímicas, ação dramática, e foi estendida a outros ciclos do ano litúrgico, principalmente o Natal, que se prestava a cenas populares nas quais começaram a intervir diretamente os leigos. O mesmo também em procissões, e lá pelo século XIV, em representação de vidas de santos. Tudo isso enriquecia o aspecto teatral, mas desvalorizava por vezes o conteúdo religioso, tanto que estas representações sagradas foram passando do templo para o pórtico, e daí para a praça pública. Este teatro religioso, que teve em toda a Europa muitíssimas variantes, culminou no século XVII na Espanha com os autos sacramentais.

Mas não é nossa intenção deter-nos na evolução do teatro religioso, mas de nos fixarmos no profundo paralelismo que existe entre o ator e o sacerdote, especialmente no teatro sagrado, mas também no teatro profano. Se examinamos um ritual e o comparamos com um texto teatral, podemos encontrar fortes

* Original espanhol: “El arte de presidir la asamblea”, in: VV.AA., *Presidir la Eucaristia* (= Cuadernos Phase 19), Centre de Pastoral Litúrgica, Barcelona 1990, p. 57-74. Traduzido aqui para o português por Frei José Arioaldo da Silva.

semelhanças de estrutura. Vemos, em primeiro lugar, uma série de personagens, aos quais se destina um texto que devem declamar. Além disso, há um texto marginal, mas muito importante: são anotações, que indicam as atitudes, os gestos e as ações dos personagens, bem como alguns elementos complementares e indicações ambientais da ação dramática ou sagrada. Há outro dado comum e importante: Tanto no caso do ritual litúrgico como no do texto teatral, todo mundo concorda que por si mesmos são letra morta, mero pentagrama, e que ninguém poderá dizer que conhece o rito ou a obra teatral enquanto não forem colocados em cena, apresentados ou celebrados.

Remontando-nos mais para trás em nossa concepção bíblica do encontro com Deus: Não é assim que todo o Antigo Testamento aparece como epifania dramática de Deus em seu povo, fazendo-se presente não por idéias arquetípicas de tipo estóico, mas de maneira plástica e teatral, se assim pudermos falar? Recordemos os diversos atos do Gênesis na obra da criação; a revelação dos três personagens misteriosos a Abraão; o verdadeiro drama da história de José; as diversas cenas das pragas do Egito; o cenário wagneriano do Sinai na entrega das tábuas etc. Já todo o Antigo Testamento é como uma tensão constante para a Encarnação, um estilo antropomórfico de Deus, uma crescente invasão do Espírito de Javé sobre seus eleitos para representar neles sua ação salvífica. Tensão que culmina em Jesus de Nazaré, Deus feito ser humano para representar já por si mesmo no teatro do humano como Ele entende o ser humano e como entende as relações entre Deus e o ser humano. Toda a vida de Jesus pode ser entendida em seu sentido mais pleno como uma representação de Deus, e como uma fidelidade e uma criatividade que nenhum outro ator poderia realizar jamais.

O ator – e o liturgo com ele – vive um grande drama pessoal ao querer interpretar um drama social. Se quiser ser sincero – e se não é sincero não é ator, valha o aparente paradoxo –, ele deve viver um outro ser humano, personagem esse que, além do mais, normalmente, não foi inventado nem criado por ele. Mas como ator tem que lhe dar vida, fazê-lo seu, fazer-se ele, negando-se a si mesmo; morrer-se para que nasça o outro, mesmo que seja um monstro que lhe causa repugnância ou mesmo um herói impossível de ser alcançado. Além disso, há outro desafio para o ator, que é a rotina, a monotonia, a repetição do mesmo papel cem, mil vezes, devendo pronunciar aquelas frases ou fazer aqueles gestos como se fosse pela primeira vez em sua vida, como se tudo fosse recém nascido, recém descoberto.

Esta tensão do ator, Jesus de Nazaré não a teve, se bem que teve o papel mais difícil do Grande Teatro do Mundo: o de Filho de Deus, a presença de Deus em nosso cenário. E não a teve, porque não era um mero ator, mas autor e ator a mesmo tempo; Ele criava o personagem ao mesmo tempo que o representava; sua palavra, seu coração e seus gestos estavam numa absoluta e permanente sintonia; e seu drama não teve mais que uma representação, embora tendo toda a extensão de sua vida. Mas para que sua obra continuasse representando-se entre nós, nos deixou o Espírito, nos deixou seus carismas, e entre eles o do ministério sacerdotal, para que nos ministérios litúrgicos pudesse continuar se fazendo presente. Se Cristo é o ator de Deus, nós cristãos somos os atores de Cristo. E de maneira especial no drama litúrgico se nos dá, a nós que presidimos a assembléia litúrgica, o papel do Senhor enquanto Pastor e Salvador da comunidade.

Pois bem: recolhendo os dois principais desafios que enfrenta o ator – se é que convimos que o liturgo e o ator têm grandes concomitâncias, tanto pela história do teatro como pela história da Salvação –, o presidente da assembléia, e por extensão todo cristão que deve participar dela ativamente, tem que aceitar de antemão e renovar sempre de novo uma inevitável “kenosis”, uma aniquilação, uma submissão de seu papel humano diante do papel cristão, de morte a seu “eu” para que nasça Cristo. Sabemos de antemão que este esforço é a-sintônico e sempre não alcançável, mas sem este esforço não há o mínimo de estilo representativo e/ou sacerdotal. Parodiando certa frase feita, poderíamos dizer que viver esta tensão, este hiato entre o que somos e o que temos de representar, não significa nada. Mas não tê-la, significa muito. Pode significar caímos no conformismo, no profissionalismo, e que temos uma visão míope dos grandes mistérios que estamos manejando com nossas mãos e das grandes palavras que estamos dizendo com nossas bocas. Aqui também caberiam os que confundem a naturalidade com a banalidade, e tomam o corpo e o sangue do Senhor como se pudessem tomar um licor ou um aperitivo no bar da esquina.

O segundo desafio do ator e do sacerdote está na rotina, que tem relação com o anterior, mas que não é exatamente o mesmo. Concordo que deva haver certa riqueza e certa flexibilidade nos rituais, inclusive mais do que já existe atualmente... Mas o que eu não concordo de modo algum, tanto por razões teóricas como por razões práticas e de experiência, é querer buscar o frescor na base da perpétua novidade dos textos e dos gestos. O fato de haver certa ordem e certas “ordens” na liturgia não só não atrapalha a

espontaneidade, mas também a favorece, se realmente se sabe mergulhar no fundo dos textos repetidos e conhecidos. Que ator poderia permanecer “natural” e “espontâneo” se cada dia tivesse que representar uma obra nova e diferente? Seria simplesmente uma loucura. E, de saída, nada natural. Eles, por outro lado, os bons atores, descobriram o segredo de conhecer de memória um texto, texto este que então não constitui mais nenhuma surpresa para eles, e por isso mesmo são capazes de penetrá-lo cada vez mais profundamente, ou talvez ao contrário, de deixar-se penetrar progressivamente para cada vez mais chegar ao ideal de realizar o papel não fazendo como, mas sendo como. E nós, que sabemos que esse personagem, Cristo ressuscitado, não é de ficção, mas vivo, atual e atuante, e que se faz presente entre nós para tornar-se todo sempre novo, sabendo que a história da Salvação está sempre a caminho e que o drama que vivemos não é do passado, mas de um constante presente, nos perguntamos: Não podemos descobrir esse modo de fazer pelo qual tudo seja igual, mas sempre distinto?; pelo qual as palavras materialmente sejam as mesmas, mas os efeitos e, portanto, os afetos sejam, se não sempre brilhantes e chamativos, pelo menos diferentes, crescentes, enriquecidos com novos horizontes e com novas luzes?

2. AS FONTES DO ESPÍRITO

Passamos assim a estudar a seguinte parte desta exposição: as fontes do Espírito, a fonte autêntica e ao mesmo tempo muito profunda da liturgia. Não vou entrar aqui, como é lógico, no complexo tema da “liturgia e contemplação”, proposto de maneira explícita há vinte anos pelos Maritain e retomado ultimamente por um número da revista “Phase”, do Centro de Pastoral Litúrgica de Barcelona. Mas devemos recordar, sim, nem que seja de passagem, qual é a fonte profunda da liturgia. Na ação litúrgica, como na ação dramática, o que importa é a totalidade anímico-corpórea individual e a totalidade do grupo de atores em sua complexidade e mútua interação. Nem nas declamações coletivas nem nas intervenções individuais de um diálogo nenhum ator pode interromper ou romper o ritmo convencional. Se por atitude contemplativa se entendesse na liturgia o poder de ensimesmar-se da ação externa para saborear interiormente algum aspecto da mesma, temos que dizer que seria impropriedade e que nesse sentido a liturgia não pode ser contemplativa. Mas se por atitude contemplativa se entende uma vivência serena e ao mesmo tempo profunda de fé sobre todo o acontecer da liturgia, então sim devemos afirmar que não somente se pode ser contemplativo nela, mas que é o único modo de enfocá-la de maneira que se possa caminhar para a superação dos dois freios dos quais falávamos acima: a miopia e a rotina, o profissionalismo e quase a magia.

No entanto, isso supõe, no meu entender, duas condições: em primeiro lugar, que o liturgo não se conforma somente com a liturgia, mas que a inclui como momento especialmente expressivo, mas não único, de encontro com Deus em toda a sua existência, encontro este que deve ir se realizando tanto nos pequenos acontecimentos do correr da vida como nos momentos especiais de oração total, silenciosa, profunda e ampla, extensa, a mais profunda e extensa possível, dentro das circunstâncias e das graças de cada qual. Uma vez superados os velhos tópicos e erros de uma dicotomia antropológica, sabendo que o ser humano é uma totalidade, também sabemos que tem diversos filões e que temos de cultivá-los todos, e que se Deus é Deus em todas as partes, há um chamado e uma presença muito especial para cada um de nós bem lá no fundo do coração, onde está a fonte de água viva do Espírito, onde cessam todas as palavras para ser ouvida a única Palavra: onde reina a completa escuridão para que possamos ir recebendo a luz de Deus; onde nossa juventude se renova como a da águia, para que depois tudo seja outra vez diferente, a vida e a liturgia. Esta é a veia contemplativa da liturgia, que normalmente não beberemos na própria celebração, mas que estará latentemente em toda a sua ação para dar-nos esse sentido, ainda que não seja sentimento, e que nos vá ensinando a representar Cristo não de maneira cada vez pior e mais fria, mas cada vez melhor e mais ardente. O fato de eu presidir a missa com emoção não é algo que depende de mim nem sequer algo que seja por si mesmo importante. Mas o fato de eu presidi-la com sentimento, isso sim depende de mim, de minha colaboração com o Espírito, que não deixará de me ajudar sempre para que, mesmo frágeis e pecadores, não sejamos nunca meros burocratas do sagrado, atores que mais parecem espectadores, e espectadores chateados.

Por outro lado, não somente não se pode descartar, mas até mesmo convém que se introduza onde ainda não existe, e na medida do possível aumentar onde já se tenha iniciado, o silêncio na própria ação litúrgica. Maria “ruminava” todas aquelas coisas no seu coração. Este “ruminar” deve se estender a todo o

tempo, mas não se deve excluir tampouco o tempo da celebração. Até mesmo por questão de equilíbrio digamos “cênico” é necessário contar com o silêncio como uma parte indispensável da trama. É espantoso que as primeiras palavras do seguinte texto ou oração caiam já como pedradas sobre as últimas palavras do anterior, sem descanso, como bala de metralhadora, como uma máquina que não pára, uma cadeia de produção, um taylorismo litúrgico. Falaremos disso depois, deste estilo sereno e ao mesmo tempo dinâmico dos atores sagrados. Mas digamos aqui que tanto pelo presidente como pelo povo é muito necessário que em vários momentos da ação litúrgica – por exemplo, depois da liturgia da Palavra e depois da recepção do sacramento – deixemos tempos de total silêncio, total silêncio, os mais amplos dentro do que seja possível para a assembléia concreta. Aí, mesmo que seja por um breve espaço de tempo, se poderá descer à fonte profunda; aí se poderá “ruminar” e ouvir ressoar para cada um de nós aquela Palavra que o Espírito nos quer dizer, entre as muitas palavras que no banquete litúrgico se nos oferecem.

3. O ESTILO CELEBRATIVO

Recolhemos aqui aquelas atitudes internas que não são estritamente contemplativas nem são ainda corpóreas e expressivas, mas que se instalam principalmente no psiquismo, na consciência, na afetividade, na sensibilidade do celebrante, do ator litúrgico, se bem que evidentemente se interpenetrem tanto com as atitudes de nível mais profundo do crente como as de nível mais externo e físico do mesmo e a declamação. Neste nível intermediário há para nos um campo constante de revisão, de treino, de enriquecimento e até – por que não? – de verdadeira profissionalização, no sentido mais nobre e legítimo da palavra. Se – voltando uma vez mais ao modelo do ator profano – os atores estudam incansavelmente para pôr-se totalmente a serviço das palavras de Shakespeare, de Calderón ou de Bertold Brecht, temos nós menos motivos, “mutatis mutandis”, para pôr-nos docilmente ao serviço das palavras de Cristo na ação sacramental, onde se nos outorga um papel especialmente representativo de sua presença? Assim, pois, recolho em seguida algumas dessas atitudes globais que me parecem necessárias na pessoa de quem preside a assembléia.

3.1. Consciosamente preparação

Não quero dizer preparação remota, tanto em teologia e pastoral litúrgica, que se deve pressupor e o mais amplo possível, como nos aspectos sapienciais e contemplativos dos quais falamos antes. Refiro-me ao estudo sério do ritual, tanto do texto como das anotações; escolha adequada dos elementos variáveis; coordenação com os demais responsáveis da ação litúrgica: leitores, comentaristas, músicos, cantores. Há aspectos que se podem ter já conseguidos em certa rodagem habitual, quando a equipe funciona com continuidade e o tipo de assembléia é o mesmo; por exemplo, a eucaristia dominical. Mesmo assim, é bom manter-se em contato sobre os detalhes que sempre mudam – leituras, cantos – e sobre a qualidade e o nível celebrativo de conjunto, revendo e avaliando com frequência. Mas além disso se apresentam assembléias que, se não são absolutamente inéditas, não são frequentes, como uma confirmação, uma celebração penitencial, uma vigília pascal. Nestes casos se acentua a exigência de uma séria preparação; não somente da homilia e dos comentários, mas do desenvolvimento da ação litúrgica: gestos, movimentos, espaços etc. Não há maior naturalidade do que aquela que se baseia em algo conhecido e preparado. Nem se trata de precisar os aspectos materiais do rito, as cerimônias no sentido deformado do rubricismo, mas de interpretar o sentido dos gestos e tratar de senti-lo para tentar expressá-lo. Numa palavra: especialmente em certos momentos, deveríamos conceber o ritual como o de um texto teatral que uma companhia de teatro se dispõe a entender por dentro e tratar de vivê-lo e representá-lo; não somente como atores soltos, mas como um todo, como um órgão, como uma orquestra. Quanto ao papel de “diretor de cena”, pode ser o primeiro ator ou pode não sê-lo. Neste caso, normalmente o presidente da assembléia – o “primeiro ator” – deverá organizar e preparar a equipe responsável. Mas não se exclui que possa haver uma pessoa especializada que coordene a preparação sem ser a mesma do presidente da assembléia. Isso sim: neste caso, este não deve eximir-se de entrar no ambiente preparatório como os demais. Seria absurdo, como às vezes acontece, que toda uma equipe perfeitamente unida esteja presidida por um celebrante que dá a impressão de estar em tudo sendo “arrastado” pelos outros, os quais têm de ir lhe dizendo constantemente o que deve fazer. Porque, se nos tempos do rubricismo alguém podia aprender para sempre uma missa que em todas as partes era invariável, hoje, graças a Deus, ainda mais com a variedade e criatividade permitida pelos rituais, dá para

realizar assembléias sumamente variáveis. Por exemplo, a do sacramento da confirmação: não creio ter vivido nem sequer duas exatamente iguais. Para sermos realistas, não vamos pedir que toda a equipe de atores litúrgicos, incluindo o presidente, possam dedicar o tempo e o estudo que uma companhia de atores dedica a uma obra teatral. Mas se não podemos tanto, façamos algo. Se na reunião não podemos estar todos, que venha ao menos um(a) de cada equipe dos que vão atuar; se não se pode preparar na mesma igreja, por exemplo no caso do bispo, que não se vá deslocar toda a diocese só para isso cada vez, ainda que ao redor de uma mesa de escritório.

3.2. Atitude kenótica

O celebrante, como o ator, deve adotar uma atitude humilde, realista e até kenótica (de despojamento), esquecendo-se de si para assumir o personagem que lhe propõe o autor. Entre autor e ator se estabelece uma mútua dependência e uma colaboração. Normalmente, os autores não são bons atores, mesmo que alguma vez tenham atuado como tais, habitual ou esporadicamente – por exemplo, Shakespeare, Molière, Lope de la Rueda, e nos nossos tempos, Benavente, Brecht ou Buero Vallejo, o Charlot no cinema -. Mas em qualquer hipótese dependem dos atores, porque não podem representar todos os personagens, nem diante de todos os públicos, nem menos em todos os tempos. Por isso, o autor necessita dos atores para que continue neles como que uma certa encarnação de suas criaturas; ou melhor, de si mesmo, de sua imaginação e de sua criatividade. Por sua vez, o ator que aceita uma obra deve submeter-se ao autor e tratar de adivinhar, no texto e no contexto, as mais íntimas intenções latentes, tratando de ser fiel ao espírito do autor. Inclusive se subentende uma admiração, uma adesão e uma solidariedade do ator com o autor, se ele vai atuar com seriedade, com profundidade e com honradez. É inconcebível um grande ator representando seriamente uma obra que ele mesmo considera falsa e pueril; existem casos, por razões comerciais, mas resultam deformados e forçados. Mas ao mesmo tempo também resultaria pretensioso que um ator, que não tem capacidade criadora como autor, tratasse de corrigir a este, deformando seu texto e sua intenção, traindo simultaneamente o autor e os espectadores, que esperavam ver a obra do autor e não do ator. Se o ator acredita ter capacidade para isso, que assuma plenamente a responsabilidade de escrever uma obra própria, e não trate sub-repticiamente de deformar a alheia.

Assim, no caso do celebrante e com mais razões, deve submeter-se à obra de Cristo e da Igreja. Se eu pago o almoço a meus amigos, posso fazê-la a meu gosto, e isso dentro mesmo dentro de certas convenções. Mas se presido a Eucaristia, ofereço um banquete que não é meu, não é de minha invenção nem de minha elaboração; não posso desligar-me da intenção de seu autor, nem posso tergiversá-la com minhas geniais conjeturas. Presidir a assembléia litúrgica exige antes de tudo realismo, humildade, docilidade, espírito de serviço: serviço ao Pai, a cuja glória e louvor remete em último termo este jogo e esta festa; docilidade a Cristo, em cuja Páscoa se apoia a liturgia, o serviço público eclesial; docilidade ao Espírito, que nas primitivas comunidades foi sugerindo as formas globais de expressar sacramentalmente o memorial do Senhor, e que em cada ação litúrgica é seu sopro recriador; e docilidade ao povo, que espera que lhe sirvamos a Páscoa de Cristo, e não que lhe façamos a páscoa com nossas conjeturas, nossos sentimentos ou sentimentalismos, nosso protagonismo narcisista. O sacerdote, como o ator, serão – como o bom cristal – tanto melhores quanto mais transparentes, quanto mais deixem vislumbrar neles o outro, o personagem que representam.

3.4. Criatividade

Criatividade que não somente não é contraditória com a docilidade acima acentuada, mas antes um complemento indispensável da mesma. Também aqui, a letra mata. O perigo do rubricismo ameaça por todos os lados, tanto por neuróticos escrúpulos de consciência como por razões de mera comodidade ou até por deformações de tendência mágica, de garantir a eficácia por via dos automatismos quase das máquinas... A criatividade neste aspecto não consiste em partir cada vez do zero ou em fazer da liturgia um quebra-cabeça, uma mistura infinitamente variável de peças soltas ordenadas ao gosto do momento e segundo o estilo e o talento do presidente de turno, diante de um público assistente entre indignado e divertido...

A criatividade mais fiel e mais exigente, mais criadora ou recriadora, definitivamente, consiste em plantar aqui e agora aquela obra, vestir aquele drama, dar-lhe pulso e voz como se hoje fosse o dia da

estréia, como o é de algum modo cada vez que se monta a obra clássica para uma época e um público concreto e num tempo concreto da história do ser humano. Não entro na questão se pode ou não pode, se é melhor ou pior representar Sófocles agora de smoking. Mas o princípio da encarnação e da recriação não somente é defensível, mas até exigível; e não somente com Sófocles, mas sobretudo com Cristo, que não está morto, mas vivo; cuja obra não está acabada, mas fazendo-se, e fazendo-se e refazendo-se aqui e agora, nesta ação misteriosa que é passagem e presença real daquilo que o Senhor realizou uma vez por todas e que agora se celebra e se representa de novo com toda realidade, e mesmo com todo realismo, quando não se desce à materialidade cenificante, mas à expressão simbólica mais profunda e mais ampla. Por isso, ao mesmo tempo que se necessita de uma certa liberdade para executar a obra litúrgica com o que poderíamos chamar de século-fluidez expressiva – a continuidade dentro de uma lenta, mas contínua evolução –, é preciso dar-se conta que, através das mudanças formais buscamos sempre a identidade substancial, a continuidade nas grandes atitudes, tanto de Cristo como da Igreja, como em outra ordem há continuidade nas atitudes humanas dos personagens das grandes obras, desde Esquilo a O’Neil, de Lope a Chejov. Não devemos mitificar os detalhes formais nem para mantê-los intocáveis em atitude mágica, nem para mudá-los simplesmente em postura esnobista. Tirar a alva e vestir uma túnica branca de flores, segundo os casos, pode não significar nada em si... isso: não significa nada, é algo banal, insignificante, por fazer-se moderno e/ou o iconoclasta. Postura juvenil, compreensível nos jovens, mas não tanto nos idosos e anciãos. Presbítero deve querer dizer, pelo menos, pessoa com um pouco de cabeça e de maturidade. Bispo, não digamos! Mas nisto, estes pecam menos...

Em resumo, e para não aguar demais o tema: a criatividade e recriatividade deve ser antes de tudo profunda, buscando as raízes tanto da liturgia como do ser humano para, a partir daí, fazer ou não fazer adaptações, mas sobretudo para encontrar naquilo que é perene o tom novo e fresco, a vibração do inédito, a convicção e a expressão de que aquela Escritura de sempre e aquele rito de sempre têm agora uma autêntica novidade, pelo Espírito que faz novas todas as coisas. Não esqueçamos que cada sacramento não é nunca uma coisa estática, mas uma presença dinâmica, uma visita concreta, única e irrepetível, de Cristo ressuscitado a seus irmãos, amigos e discípulos.

3.4. Estilo empático

Ou simpático, se quisermos. Mas não no sentido superficial da palavra, em atitudes doces ou sorrizinhos forçados. Trata-se de o presidente da assembléia manter habitualmente uma profunda sintonia com o que se faz e com aqueles com os quais se faz. Também aqui a raiz profunda e fundamental desta empatia há de vir-lhe do Espírito Santo, mas o celebrante deve pôr à sua disposição todo o seu psiquismo, toda a sua sensibilidade, toda a sua imaginação, tanto antes da celebração como no desenrolar da mesma. Esta empatia, esta sintonia ajudará a estar, a captar a onda de Deus e dos seres humanos, do mistério global que se celebra e dos aspectos variados com os quais se celebra – Natal ou Pentecostes, batismo ou matrimônio –, bem como da assembléia concreta com a qual se concelebra: seu tom, seu ritmo, suas possibilidades. E este saber estar interiormente o levará como que pela mão pelos ritmos da assembléia, e assim também saberá conduzir com paz a assembléia, com equilíbrio profundo, com serenidade, sem rupturas, sem maximalismos tirânicos e sem concessões nem branduras deformantes. Saberá dar a nota e o tom adequados à diferentes expressões da liturgia. Não depende de nós chorar sinceramente ao ler a Paixão do Senhor na Sexta-feira santa – e oxalá mais de uma vez inevitavelmente se nos embargasse a voz ao falar da Paixão! –, mas sim depende de nós, de nosso sentido comum minimamente posto ao serviço da ação litúrgica, o não ler com o mesmo tom a oração do horto e a aparição de Jesus a seus discípulos no Cenáculo; não é a mesma coisa um funeral e um matrimônio; não posso dar o mesmo tom às orações numa assembléia de dez pessoas e outra de quinhentas; etc.... Basta, para concluir este ponto, recordar uma vez mais a riquíssima sensibilidade que dos atores, e a quase infinita gama de matizes que eles põem a serviço de um texto e, contrastando, evocar ao mesmo tempo o tom monocorde de tantos sacerdotes; invariável para qualquer aspecto e momento da liturgia, e dar-nos conta de que entre aquela perfeição não alcançável para nós e esta pobreza intolerável, tem que haver muitos graus em que muito podemos todos fazer, uns mais outros menos. Não resisto em recordar aqui a velha anedota atribuída a Irene López Heredia, uma grande atriz já falecida. Alguém lhe perguntou como era possível que os atores faziam o povo chorar representando coisas que eram mentira, enquanto que os sacerdotes, que falavam da verdade, não faziam ninguém chorar

nem convenciam a ninguém. Ela respondeu – e “si non é vero, é ben trovato” – que talvez fosse porque os atores contavam as mentiras como se fossem verdades, enquanto que os padres falavam das verdades como se fossem mentiras.

4. A EXPRESSÃO CORPORAL

Chegamos agora à periferia do ator e do liturgo, à expressão corporal, ao aspecto material e visível da atitude invisível do coração, do psiquismo, do interior do ser humano. Não vou fazer aqui uma apologia do corpo, se bem que ele a merece, não tanto pelas muitas pauladas injustas que levou em uma certa espiritualidade mal chamada de cristã, mas que esta era antes masoquista e, desde logo, dicotomista. Não faz falta defender o corpo, uma vez que agora, ao menos em nível intelectual, temos superado os velhos prejuízos. Mas talvez não tanto em nível visceral e inconsciente, porque a maioria de nossa sociedade e de nossa Igreja fomos educados, mal educados, nas velhas dicotomias de partes honestas e partes desonestas, alma nobre e corpo baixo, espírito e matéria, etc. De fato, ainda se observam em muitos padres, inclusive jovens, um certo aniquilamento corporal, uma mistura de timidez e de preguiça na hora de pôr seu corpo a serviço da ação litúrgica, uma certa introversão que parece bloquear os braços na hora de uma imposição das mãos; uma espécie de vergonha inconfessável quando se trata de “falar” com o corpo, ao mesmo tempo que lança mão de uma verborrêia sem parar quando se trata de falar com o logos.

Sem palavra não haveria liturgia, mas tanto palavrório asfixia muitas vezes a liturgia, pelo menos a ocidental. E sabemos que na Bíblia há muito mais fatos do que discursos. Deus sobretudo fazia, e algumas vezes nos explicava o que fazia. Nós dizemos e dizemos, mas não sabemos “fazer”. Nem sabemos fazer as ações legadas pela tradição, os símbolos antigos, fundamentais ou periféricos, nem tampouco sabemos encontrar outros novos, quando reconhecemos que alguns dos antigos já são inválidos – por exemplo, a cinza de quarta-feira que inaugura a Quaresma – e que temos que buscar outros. Nesses casos, afinal de contas resolvemos o problema “explicando”, mas não “fazendo”. No teatro há um gênero muito difícil, mas possível, que é a mímica. Não se pode pronunciar absolutamente nenhuma palavra; tudo deve expressar-se com os gestos do corpo e do rosto; o resto, sons ininteligíveis, com a garganta. Em alguns jogos de dinâmica de grupo se ensaia também chegar à comunicação não verbal, mas só gestual. Que sufoco sofremos nós nestas ocasiões, nós os intelectualizados intelectuais ocidentais! Seria de estranhar, então, que os liturgos sejamos também geralmente um desastre corpóreo e corporativo?

Vamos todos nós frequentar aulas de expressão corporal ou escolas de arte dramática? Não seria nada mal, depois de tudo. Mas tampouco podemos nos amparar nessa possibilidade para atuar como grosseiros, como um piano desafinado que fere os ouvidos tanto do músico que toca como do público que ouve – o Espírito Santo e a assembléia –. Com sentido comum, com esforço, com diálogo, com observações mútuas, poderíamos melhorar muito este instrumento, que é tão necessário para o melhor serviço da assembléia litúrgica. Levamos em conta que ele é especialmente encarregado de realizar aqueles elementos da liturgia que mais penetram em nível profundo, que são os símbolos, tanto as atitudes simbólicas como as ações simbólicas. Neste sentido, a comparação do liturgo com o ator de teatro se parece mais ao gênero da mímica do que ao da representação digamos normal, já que esta pode se apoiar mais no anedótico e concreto, no histórico e cotidiano bem explícito, enquanto que a mímica e a ação litúrgica são mais concentradas, mais profundas, e por isso mesmo mais sóbrias de explicações, mais necessárias, portanto, de ser cuidados em sua expressividade: tomar o cálice do Senhor, consagrá-lo, apresentá-lo aos fiéis, é um gesto de profundo significado se sua realização vem penetrada da gravidade do momento que se representa, mas seria banal e até ridículo, senão até blasfemo, realizá-lo com tom rotineiro e burocrático, como quem não tem nada a ver com a coisa.

Mas isso, sem que possamos entrar aqui numa análise de todos os gestos e ações que costumam ser realizadas em todos os rituais, interessa sim chamar a atenção sobre a necessidade de superar este entorpecimento e esta falta de sintonia geral entre a palavra e o corpo, entre a voz e o olhar, entre o que dizemos fazer e o que fazemos de fato. A vida privada e a vida pública está cheia de gestos simbólicos cheios de sentido e realizados com toda naturalidade e convicção; e mais, com absoluta necessidade como expressão e projeção de sentimentos tão profundos e complexos que não poderia se satisfazer só com palavras. Por isso só, nestes casos a proporção da expressão oral é mínima ao lado do desenvolvimento da expressão gestual e cerimonial. Nosso tempo não é de modo algum uma exceção. Os ritos sociais nos

casamentos, como o bolo nupcial, ou os adornos do carro; os pêsames, nos momentos de dor; os desfiles cívicos em festas e campeonatos de bairros e de cidades; o ritual da chegada de personagens nos aeroportos; as entregas de prêmios em academias ou associações culturais; os jogos de primavera; as manifestações desportivas, com suas trocas de camisetas no final ou seus abraços e beijos depois de cada gol; etc. Há toda uma riquíssima fenomenologia que expressa a necessidade de corporizar e canalizar para o exterior os dinamismos internos, como um arco voltaico necessário para que se produza de verdade a faísca e a corrente da amizade e da comunhão.

Rompamos nossas ligaduras, desatemos nosso corpo, deixemo-lo soltar-se e expressar-se empurrado pela força de nossos sentimentos, pelo sopro do nosso coração. Se saudamos aos irmãos, desejando-lhes a paz ou abençoando-os, olhemos para eles franca e amorosamente e abramos sem complexos nossos braços; se nos dirigimos ao Pai, levantemos para o alto nossos olhos e nossos braços; se expressamos nosso arrependimento, recolhamos o corpo como sinal de nossa pequenez; se trabalhamos e manipulamos com as matérias da criação, que nossas mãos sejam ao mesmo tempo como as do escultor que trabalha o barro e a mãe que acaricia a criança, ao estendê-las sobre as oferendas, ao pegar o corpo do Senhor, ao manipular sobre a água ou sobre o óleo, não esqueçamos que nesse momento são de algum modo as mãos de Jesus, mãos de um ator que podem fazer mais do que as do drama humano: redimir, perdoar, curar, renascer, levantar. Nosso corpo na ação litúrgica é um mero veículo da comunicação do Espírito de Deus, mas, mesmo com toda a modéstia, é, no entanto, absolutamente indispensável: “sacramenta, significando causant”¹, e uma parte importante dessa significação está incumbida ao nosso corpo.

5. CONSTÂNCIA E PACIÊNCIA

Quero terminar esta longa intervenção com duas observações.

A primeira, que a arte de presidir a assembléia é também a arte de esquecer a assembléia. Houve um modelo de celebrante, felizmente já superado, que punha todo seu interesse em elevar-se e desligar-se, em fechar os olhos e concentrar-se em sua meditação interior. Mas, por outro lado, há também outros tão vigilantes e, o fundo, tão dominantes, que não vivem nem deixam viver se acreditam perceber na assembléia qualquer sintoma de desajuste. Nem todas as assembléias são iguais, nem está sempre em nossa mão homologá-las. Desde um matrimônio ou um funeral de compromisso até as primeiras comunhões ou batizados passando pela missa dominical dos comprometidos ou uma eucaristia doméstica, há matizes quase infinitos de sensibilidade e de receptividade. Como presidentes de assembléias, temos que nos esforçar por ajudá-las o mais que pudermos a viver o melhor possível o mistério celebrado, e depois permanecer em paz e saborear a nossa parte, que não nos será tirada que nós a buscamos, como temos direito. Somos servos inúteis. O verdadeiro presidente da assembléia é o Senhor, e só Ele sabe que tipo de relações estão se estabelecendo com cada um dos presentes. Não vivamos a assembléia obsessionados, irritáveis, desconfiados e tensos, mas relaxados e em paz, atentos ao único necessário, ao mesmo tempo que estamos ao par de todos os pequenos detalhes que o expressam.

A segunda observação é que, por tratar-se de uma arte, a perfeição na presidência da assembléia é sempre um ideal não alcançável em sua plenitude, ao mesmo tempo que susceptível de ser sempre melhorado e aperfeiçoado. A perfeição do caminho, neste caso como em todo, é relativa; não se trata de saber se foi feito do modo mais perfeito absolutamente possível, mas se foi feito com toda a perfeição que se podia, levando em conta todos os meios com que se contava.

¹Traduzindo um tanto livremente: “Sacramentos que, em significando, causam a presença da graça”.